A TRIBUNA
Publicado em 11/06/2023 - 05:51

Reforma tributária pode afetar municípios

Reforma poderá afetar finanças de municípios

Em Santos, extinção do ISS deve causar perda de R$ 600 milhões

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

Considerada por muitos como uma saída para o emaranhado burocrático de impostos no País, a reforma tributária, atualmente em discussão no Congresso, traz apreensão para um ente importante do pacto federativo: os municípios. Alguns já contabilizam um eventual prejuízo, por conta da extinção do Imposto sobre Serviços (ISS). Em Santos, a perda estimada pode chegar a R$ 600 milhões/ano.

Na última semana, o grupo de trabalho (GT) da reforma apresentou as diretrizes que devem guiar o texto do relator, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). A expectativa é pela votação no início de julho.

A principal mudança é a concentração de cinco impostos - IPI, PIS/Pasep, Cofins, ICMS e ISS - em um único tributo, a ser nomeado como Imposto sobre Valor Agregado (IVA) duplo, com impostos federais de um lado e estaduais e municipais do outro.

"Somos favoráveis à reforma tributária, porque vemos essa necessidade, tendo em vista o verdadeiro 'manicômio' que é o arcabouço tributário do País como um todo. E não é culpa dos municípios. Quem criou essa grande sandice institucional foram os estados, por causa do ICMS, e a União, por todos os seus impostos", afirma o secretário de Finanças de Santos, Adriano Leocádio.

ALTERNATIVA

O secretário Adriano Leocádio defende uma opção às PECs em discussão em Brasília. Segundo ele, a proposta, chamada de Simplifique Já, conta com o apoio demais de 100 entidades pelo País, e visa um ajuste na rede de impostos de forma a preservar os municípios.

"A PEC 46 cria uma única legislação para o ISS no Brasil. A gente propõe, ainda, uma única nota fiscal, bem como unificar, numa única legislação, o ICMS. Se o grande problema é a complexidade tributária, vamos resolvê-la sem criar um monstro".

TEMOR

Segundo ele, a tendência, com a pretensa legislação, é que o valor arrecadado com o IVA fique na mão da União e que haja um conselho para, depois, dividir entre estados e municípios. "Santos perderá em torno de R$ 610 milhões por ano a partir da implantação completa desse projeto. É um impacto monstruoso. A cidade não consegue suportar isso", avalia.

O ISS é o imposto municipal que lidera em termos de arrecadação em Santos. Nos últimos cinco anos, o salto foi de R$ 611,4 milhões em 2018 para R$ 1 bilhão neste ano. Em segundo lugar, fica o IPTU, com R$ 637,7 milhões. Leocádio assinala que a perda de ISS equivale a um ano do imposto dos imóveis.

"Hoje, Santos tem um orçamento de R$ 4,7 bilhões. Desse montante, R$ 3,1 bi são relacionados a recursos próprios. Estamos falando em perda de 20%. O que os municípios serão obrigados a fazer? Cortar serviços. Você não consegue cortar folha, não pode demitir. Vai ter que cortar serviço na saúde, na educação... É uma equação muito perversa", pontua.

AVANÇO INCONSTITUCIONAL

O secretário de Fazenda de Santos entende que a adesão aos modelos em tramitação de reforma tributária traz outros aspectos negativos, como a perda de "impostos futuros", por conta de importantes investimentos, especialmente no setor portuário. Mas, sobretudo, perde a gerência de um tributo que é constitucionalmente do município.

"No longo prazo, o impacto das perdas que os municípios podem ter, nos primeiros dez anos, é em torno de R$ 400 bilhões. Isso é que a gente chama de perda futura. Além disso, há R$ 120 bilhões de aumento de custos", descreve.

Leocádio argumenta, ainda, que a reforma vai representar ganhos para algumas cidades. "Vários vão ganhar. Mas cerca de 400 a 500 municípios vão perder muito, e são neles onde vivem de 60 a 70% da população. O detalhe é que o ISS é o tributo menos complicado da cadeia produtiva. Ele é simples", pontua.

MATHEUS TAGÉ - 9/6/23

Imposto sobre Serviços lidera arrecadação em Santos; em 5 anos, saltou de R$ 611 milhões para R$ 1 bilhão

Deputados prometem mobilização

Os deputados federais da região prometem vigilância total sobre a tramitação dos projetos de reforma tributária. Entre eles, uma opinião consensual: a mudança na política tributária é necessária, mas os municípios e sua arrecadação devem ser resguardados.

Alberto Mourão (MDB) entende que "a principal preocupação é que os municípios não percam arrecadação e nem se aumente a carga tributária em cima do consumidor de serviços". Por isso, será preciso analisar detalhadamente como será essa partilha.

"É preciso mensurar o consumo de cada cidade e como isso vai impactar o orçamento. Tenho a impressão que será positivo, mas é preciso simular para ter convicção. O sistema tributário é necessário, ele é burocrático. Mas é preciso ler e analisar o relatório detalhado para chegar a uma análise mais aprofundada".

Carlos Alberto da Cunha, o Delegado Da Cunha (PP), crê que uma reforma tributária "trará equilíbrio à economia do País, simplificando impostos sobre consumo e facilitando a desoneração de toda a cadeia produtiva". No entanto, ele vê como "legítima" a preocupação de prefeitos para que não haja perda de arrecadação nas cidades.

"A possível extinção do ISS fere o princípio básico da autonomia federativa, uma vez que pequenos e grandes municípios poderão ser afetados diretamente com a perda da receita e, por consequência, prejudicaria a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais à população", afirma Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

Ele entende como uma "penalização aos municípios, que não podem ser ainda mais prejudicados". "Este relatório precisa de amadurecimento e um debate aprofundado quanto às questões referentes ao ISS".

Rosana Valle (PL), por sua vez, lembra que "a reforma tributária tem sido aguardada pelo país, especialmente pelos empresários, que se veem reféns de regras complexas e pouco justas", citando o encerramento do Grupo de Trabalho na Câmara.

"Esse regime dual (duplo) ainda não se mostrou claro suficiente e nos parece que geraria prejuízos aos municípios. A ideia de se criar cláusulas para compensar os municípios pode ser uma saída, mas ainda precisaremos de um exame mais apurado", avalia. (AF)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.